

Confira a devolução

O Sinergia está fazendo a devolução do Imposto Sindical de 1993, aos funcionários da Eletrosul, referente aos 60% que lhe cabia. Confira o depósito na sua conta a partir desta semana.

Assembléia Geral

Dia 17 de junho, às 18 horas, no ginásio da Elase, acontece assembléia geral extraordinária para avaliar e deliberar sobre a proposta feita pela Eletrobrás ao CNE, referente à pauta nacional.

Formação na periferia

O Departamento de Formação do Sinergia assessorou o "Projeto de Educação" da Udesc, no Encontro de Integração dos Participantes do Projeto de Educação nas Periferias. A participação do sindicato visa intervir junto à sociedade civil para troca de experiências, intercâmbios e melhor conhecimento da realidade de Florianópolis. As comunidades alvo do projeto são Morro do Mocotó, Morro da Penitenciária e Vila Aparecida.

Outros voltam

O juiz Roberto Basiloni Laerte mandou que a Celesc reintegre mais seis leituristas aos seus quadros. Eles haviam sido demitidos no ano passado.

Não apareceu ninguém

As testemunhas da Eletrosul, que deveriam comparecer a uma audiência na 1ª Vara Criminal de Florianópolis, na terça-feira, 15 de junho, não compareceram ao tribunal. A empresa acusa o presidente do Sinergia de calúnia e difamação por ter levado ao conhecimento das autoridades a ata do Conselho de Curadores da Elos que registrou o envolvimento da empresa na compra de ações da Sade. As testemunhas da empresa eram: Mario Batista, Paulo Portela, Roberto Samways, Rubens Iwersen e Teotônio Barreto.

LINHA VIVA

nº 229 17/06/93

Wiest condenado

O ex-presidente da Celesc, Nogert Wiest, deverá devolver à Celesc quase Cr\$ 4 bilhões. Ele foi condenado pelo Tribunal de Contas. O TC realizou uma auditoria especial, depois do Sinergia ter denunciado várias irregularidades da administração Wiest. Entre elas estavam o acordo firmado pelo presidente da estatal com o Supermercado Angeloni, o pagamento de ajuda de custo a ex-administradores da Celesc ilegalmente, e reajustes de gratificações a diretores e assessores, sem o respaldo da lei. Wiest, como outros, certamente pensava que este processo não daria em nada. Agora tem um mês para juntar o dinheiro e pagar, sem apelações.

Gazaniga caiu. E a sua política?

Um dia Gazaniga teria que sair. Mas ele saiu esperneando, pois queria ficar, e jogou todas as suas fichas para permanecer na presidência da Eletrosul. Mas a pressão gerada pela evidência dos seus desmandos foi mais forte. O processo de sucessão, entretanto, foi tumultuado por um conjunto de forças políticas que saía do PFL e PDS passava pelo PSDB até chegar no PMDB.

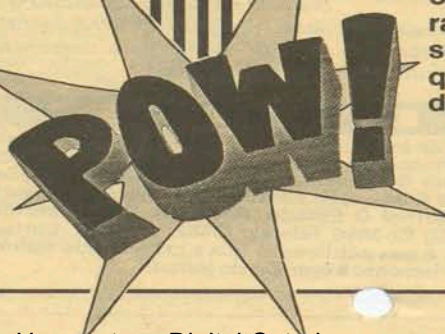
Cláudio Ávila da Silva vai assumir com a responsabilidade de responder a uma série de pendências deixadas pela gestão anterior: a situação da ELOS (caso SADE e dívida da empresa para com a fundação), o inquérito sobre o superfaturamento de Jorge Lacerda, a reforma administrativa, o passivo trabalhista do Plano Bresser, entre outras questões.

A Intersindical está aguardando a posse da nova diretoria para discutir

com ela assuntos importantes como a pauta de reivindicações específica dos eletricitários, além outras questões que causam ansiedade e expectativa nos trabalhadores da Eletrosul e na sociedade.

Na avaliação da Intersul, "Gazaniga vai ficar na história como algoz executor de milhares de demissões, do sucateamento do parque técnico da empresa e do terror sobre os empregados". Ele teria feito o serviço sujo determinado pelo governo Collor às estatais e, talvez por isso, ganhou como "prêmio de consolação uma secretaria de estado e uma cadeira no Conselho de Administração da Eletrosul".

Os sindicatos vão contestar publicamente a permanência de Gazaniga no Conselho: "este órgão fica desmoralizado com a presença do homem que destruiu parte da empresa".





O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul de Santa Catarina realizou no final de semana que passou seu 1º Congresso, cujo ponto alto, além da avaliação de sua atuação, foi a elaboração de um arrojado plano de lutas. Será convocada uma assembléia para definir a ligação do sindicato a uma central sindical e sua desfiliação da FNTIU e filiação à Fena-

dur. As resoluções do congresso, realizado dias 11, 12 e 13 em Tubarão, estão sendo impressas para distribuição à categoria. Entre os debates ocorridos nos três dias foi discutido o contrato coletivo de trabalho e as centrais sindicais (apesar de todas terem sido convidadas, apenas a CUT compareceu).

Reabertas Negociações

A Intercel reabriu as negociações com a Celesc na semana passada. Numa reunião entre os sindicalistas e a Diretoria da empresa, ocorrida no dia 9 de junho, foi discutida novamente a questão do cumprimento do acordo coletivo. O Diretor Administrativo, Paulo César da Silveira, confirmou que não haverá reajuste referente ao mês de maio. Disse porém que discutiria com a direção a possibilidade de reajustes para os meses de julho e setembro (dois meses sem reposições previstas). Na reunião foi constituída uma comissão (Intercel- Celesc- Celos) para aprofundar a discussão sobre o custeio do

Plano Amhor. Na segunda-feira a comissão já se reuniu para o primeiro debate.

Outro assunto levado à reunião foi a locação de mão de obra de terceiros. A empresa se comprometeu que, após encerrar o plano de locação da Administração Central, previsto para final de julho, será discutida a absorção de serviços primeiramente por empregados da própria empresa e só depois se pensará em usar serviços de terceiros. Finalmente, a questão da venda de ações da Celesc também esteve na pauta, e a empresa se comprometeu a encaminhar correspondência aos sindicatos se posicionando sobre o assunto.R

EDITORIAL

A revista **VEJA** desta semana usa uma de suas colunas para defender as imoralidades da direção da Celesc, chamando-as inclusive de "doença crônica das estatais". Diz que "irregularidades como as que os sindicalistas apontam na empresa são comuns entre as estatais e não seria surpresa para ninguém se ficasse comprovado que a Celesc age mesmo da maneira como os funcionários dizem".

A Intersindical, é claro, não concorda com isto. Luta para que a empresa sobreviva aos "achaques" neo-liberais. Por isto, lembra que não foi o recuo da direção da Celesc em assinar o acordo que desencadeou a campanha pela moralização (cuja segunda etapa começa em breve). Tanto que neste acordo, não assinado pela Celesc, a empresa se comprometeu, por exemplo, a repassar mensalmente aos sindicatos seus documentos contábeis. O objetivo: checar toda atividade, hoje quase subterrânea, como contratos com terceiros, etc.

Lembra que documentos comprovando contratações irregulares (ex-políticos e afins), contratos abertos com empreiteiras

(com correção mensal de pagamento), dados estatísticos sobre problemas de leitura, corte e mau atendimento, provas dos péssimos serviços de manutenção do sistema feito pelas empreiteiras, surgiram àquela época. O que fazer com eles? Esconder?

Estas irregularidades acontecem numa empresa estatal e, portanto, dentro desta especificidade é que devem ser sanadas: pública e abertamente. Só assim a Celesc se fortalecerá. Os arautos das empresas privadas querem denegrir e minar a imagem da Celesc para poder abocanhar seus setores produtivos, a preço de "bananas". Empresas que, todo mundo sabe, sobrevivem por causa das benesses e subsídios de empresas públicas e do Estado.

Lembra por fim - quanto aos salários - que a Celesc paga a seus funcionários, estão dentro da média do setor elétrico. E, diante do mercado de trabalho e do quadro atual da economia brasileira, é que a Intersindical reivindica a reposição de perdas mensais. E este é seu dever. O contrário é que seria errado.

CUT vai à rua exigir reajuste mensal de salários

A CUT está jogando todas as suas forças para mobilizar a sociedade em torno da votação que acontecerá no dia 22 ou 23 de junho na Câmara dos Deputados. E não poderia ser diferente, pois estará sendo decidido nada mais nada menos do que reajuste mensal de salários para quem ganha até 20 salários mínimos.

Uma das principais armas da CUT está sendo um abaixo-assinado que será encaminhado aos parlamentares, exigindo a aprovação do projeto no plenário. A forma final do projeto de lei foi aprovada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e além de prever o reajuste mensal determina o zeramento das perdas até o mês de maio passado.

Pelo projeto, os salários serão reajustados com base na variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo do mês anterior. O salário mínimo, além do IRMS, receberá mais 3% ao mês a título de ganho real. O valor do SM seria arredondado pela centena de cruzeiros imediatamente superior.

O projeto de lei determina, ainda, que as pensões e aposentadorias sejam reajustadas pelo mesmo mecanismo dos salários.

Para Ineir Mittman, presidente da CUT-SC, "o reajuste mensal é a única maneira de assegurar o poder aquisitivo da classe trabalhadora". O sindicalista acredita que "não é justo que os patrões reajustem diariamente seus preços, enquanto os salários ficam congelados por dois meses. A culpa da inflação cabe ao governo e aos empresários os trabalhadores não têm poder de controlar preços, juros e déficit público".

O presidente da CUT aposta na mobilização para que o projeto seja aprovado:

- Vamos mostrar na rua que os trabalhadores já estão cansados de pagar a conta da crise, vamos garantir isto que, mais que um direito, é uma necessidade.



Inflação é responsável pelo aumento da miséria e da fome. Reajuste mensal é a vacina, garante a CUT

SC 401 pode ser privatizada e população vai pagar pedágio

Quem transitou pela rodovia SC-401 entre as 11 e 13 horas de quarta-feira (dia 9 de junho) presenciou uma manifestação inusitada. Auxiliados pela Polícia Rodoviária, integrantes do Fórum de Defesa dos Serviços Públicos reduziram o ritmo do tráfego realizando panfletagem contra a privatização de rodovias e pontes.

Situados nas proximidades do bairro Monte Verde, portanto faixas e panfletos, os manifestantes denunciaram o projeto do Governo do Estado que tramita na Assembléia Legislativa. O Governador Vilson Kleinubing anunciou, acerca de um mês, que a rodovia SC-401 - que dá acesso às praias do norte da Ilha de Santa Catarina - seria a primeira a entrar no pacote de "concessão de serviços públicos". O projeto do go-

verno prevê que, em troca de melhorias em rodovias e pontes, as empresas que ganham as concessões poderão cobrar pedágio. Vão dos Santos, diretor do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, conta detalhes do projeto. "O Estado se esquivava de suas responsabilidades, permite às empreiteiras explorarem obras que foram construídas com dinheiro público, realizarem desapropriações e ainda buscarem financiamento do próprio Estado dando a concessão como garantia", diz.

Outro absurdo previsto no projeto, segundo o sindicalista, é excluir a Assembléia Legislativa do processo de decisão. Pela proposta, caberá apenas ao Governador do estado decidir sobre as concessões. O Fórum em Defesa dos Serviços Públicos - que já reúne mais de 20 entidades sindicais e populares - reivindica uma ampla discussão com a sociedade acerca deste e de outros projetos privatizantes que estão tramitando no legislativo estadual. Além de manter contato com os líderes dos partidos

com assento na Assembléia Legislativa, representantes do Fórum discutirão estes projetos com a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia na quarta-feira, dia 16.

Um amplo levantamento das ações de privatização e terceirização dos serviços públicos está sendo feito. Nos dias 29 e 30 de junho, o Fórum realiza um seminário no Centro Social de Barreiros. Lá, representantes das entidades discutirão com mais profundidade a questão e definirão suas próximas ações.



Motoristas receberam nota contra projeto do governo. PM colaborou

TRIBUNA LIVRE

Direção da Celesc lava as mãos

Clóvis Scherer
Técnico do DIEESE

O Diretor Financeiro da Celesc tentou esclarecer a transação com ações da Celesc realizada entre o Governo do Estado e o banco Morgan. Segundo ele, o leilão que o Morgan promoveu foi importante para a Celesc porque aumentou a quantidade de ações da empresa no mercado, tornando-as mais líquidas e, por isso, mais atrativas aos investidores. Deste modo, a operação toda se justificaria por preparar o mercado para que, no futuro, se possa vender mais ações da Celesc. O DF afirma que essas novas vendas se destinarão à captação de recursos a serem empregados em investimentos na empresa.

Esta justificativa refere-se apenas ao leilão. Quanto à parte mais questionável de todo o processo, ou seja, o pagamento de uma dívida externa de 25 milhões de dólares com ações que valiam, segundo a contabilidade da Celesc, 79 milhões de dólares, o DF se limita a considerá-lo um direito do Governo. Por outro lado, diz que a bonificação foi divulgada pela imprensa mas não responde às alegações de falta de transparência na transação entre o Morgan e o Governo do Estado. Talvez porque, provavelmente, a alta direção da Celesc tenha ajudado a manter o negócio em segredo até sua consumação.

Fundamentalmente, o DF não explica, nem justifica, por que o Governo não submeteu previamente a transação com o Morgan ao crivo democrático da Assembléia Legislativa, que é quem pode dispor "especialmente" sobre operações de crédito e dívida pública (Art. 39, inciso II).

Mas, além disso, o Diretor da área financeira da empresa não defendeu o resultado financeiro do negócio. Um raciocínio rápido põe em dúvida se ele foi realmente bom para o Estado. Dado que a dívida com o Morgan valia 50% do seu valor nominal - US\$ 12,5 milhões - e as ações foram à leilão com preço mínimo de US\$ 0,1731, para pagar a dívida o Governo poderia ter, ele mesmo, posto em leilão apenas 72,2 milhões de ações, e não as 112 milhões de ações que foram entregues ao Banco.

O Governo do Estado, neste caso, poderia ter mantido em seu poder cerca de 40 milhões de ações, beneficiando-se da valorização que certamente viria. Como o DF afirma, as ações da Celesc se valorizaram em 14,6% em apenas um dia, o ganho extra para o Estado seria de US\$ 1 milhão.

Ou seja, se o próprio Governo tivesse leiloado as ações, usando para isto o Sistema Financeiro BESC por exemplo, teria arrecadado os recursos necessários para quitar a dívida com o Morgan, proporcionando idêntica liquidez e valorização às ações da Celesc no mercado, e ainda mantido 8 milhões de dólares em seus cofres na forma de ações negociáveis. Isto sem contar que as ações da Celesc poderiam ter sido melhor trabalhadas junto aos investidores, por um esforço de propaganda, de modo a que o preço do leilão superasse o mínimo com mais folga.

Em conclusão, vê-se que o DF tomou a atitude de Pilatus, simplesmente "lavando as mãos", e se prendeu a um aspecto secundário para apoiar a iniciativa do Governo e concluir, em nome de todos os empregados da Celesc, que foi um "fato marcante e histórico". Marcante e histórica certamente foi, não pelos motivos que o DF alega, mas pelas suspeitas graves que pesam sobre a transação.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



O jornalista da Folha de São Paulo falou sobre sua profissão e os contrastes do Brasil. Promoção teve apoio do Sinergia

Imprensa reforça Apartheid Social

Gilberto Dimenstein, 36 anos, é diretor da sucursal de Brasília e membro do Conselho Editorial do jornal Folha de São Paulo. Além do trabalho neste jornal ele ganhou projeção ao lançar livros-reportagem como *A República dos Padrinhos*, sobre a corrupção na Nova República, *A Guerra dos Meninos* sobre grupos de extermínio de crianças, *Conexão Cabo frio* sobre desvio de dinheiro na cúpula do Itamarati, e *O Komplô Que Elegeu Tancredo* sobre os bastidores da eleição deste político a presidente do Brasil, entre outros. Seu último livro é *Meninas da Noite*, sobre a prostituição de meninas-escravas.

Denunciar o "apartheid social" brasileiro (a pouca importância daqueles que comem, sabem ler e tem uma vida regular dão à grande massa dos seus concidadãos) não é novidade. Mas que o jornalismo esteja alienado da maioria dos brasileiros, é um dos maiores absurdos nacionais. E este foi o ponto central da palestra do jornalista Gilberto Dimenstein, que esteve semana passada em Florianópolis para falar de sua profissão, numa promoção que teve apoio do Sinergia.

Ele falou desta alienação do jornalismo nacional e deu muitos exemplos. "Todos jornais têm indicadores econômicos, falam de moda e de Fórmula 1. Mas nenhum, por exemplo tem indicadores sociais. Há quanto tempo estamos dando espaço para o carro popular? Um carro que vai custar 7 mil dólares! Só uma imprensa alienada diz que este preço é popular. Um garoto classe média é capaz de explicar como funciona um motor de Fórmula 1, mas se lhe perguntar como plantar um pé de feijão ele vai pensar que sou louco. Temos no Brasil dois dos bancos mais sofisticados do mundo, é tudo informatizado, etc. Isto para um país que não tem dinheiro e onde qualquer escola de primeiro grau está

caindo aos pedaços. Exportamos aviões e não conseguimos plantar arroz para toda população".

COMPROMISSO

Neste cenário, a única posição possível para o jornalista é "a idéia de compromisso". Dimenstein entende que sua profissão é uma "extensão da liberdade humana, municiando as pessoas com informação para que elas tenham liberdade. Num país com tantos analfabetos isto é impossível. E, por isto, um dos nossos compromissos deve ser com a alfabetização. Se tivéssemos uma elite comprometida, em 20 anos conseguiríamos sair disto. Em cinco anos acabaríamos com a fome crônica, com a impunidade dos grupos de extermínio".

A palavra "compromisso" neste caso, alerta o repórter, não significa algo abstrato. "Cada um deve fazer o que pode. Quantos de vocês já escreveram para o deputado ou vereador que elegeram cobrando alguma posição deles? Com certeza ninguém. É a tal da história: quando se pede um favor a um preguiçoso ele dá um conselho. Temos o mito de que nada no país vale à pena, que todos políticos

são corruptos, etc. O mito só serve como desculpas para quem não quer fazer nada. Mas, com certeza, vejo que tem pessoas batalhando, vejo coisas positivas, temos avanços. Pessoas que vão contra o mito, que não aceitam serem cúmplices de crimes, de assassinatos".

SENZALA

Na verdade, entende Dimenstein o país não se libertou ainda do sistema de "Casa Grande e Senzala". Segundo seus dados, existem hoje no país 500 mil meninas prostitutas. "E nós, reproduzindo apenas os interesses da elite branca, falamos muito em Aids e pouco tratamos, por exemplo, das doenças infecciosas sexuais. A tortura e o extermínio continuam assolando o país e a reação da imprensa é de convivência pacífica com isto. O que interessa é a taxa de inflação, o índice de exportação, a balança comercial. Esta é uma democracia para ricos."

Isto não quer dizer que Dimenstein acredite no jornalismo "popular", que ao invés de acrescentar, educar e informar, apela para a catarse dos telespectadores. "É um absurdo que um jornal como o "Aqui e Agora" dispute audiência com o Jornal Nacional. Que tipo de comunicação é esta, que pega a tragédia alheia e a transforma em espetáculo? Que faz apologia dos grupos de extermínio e de repressão? A exploração da miséria pelo jornalismo é uma visão sórdida, como a do repórter chorando, fazendo masturbação intelectual a cada atropelado que encontra".

